

18/12/2022

APEOESP

84

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

APEOESP LEVARÁ PROPOSTA DE DIA NACIONAL DE LUTA À CUT E DEMAIS CENTRAIS

CER aprova adesão à campanha REVOGA JÁ!

***A luta é pela revogação das reformas e ataques
aos servidores públicos e toda a classe
trabalhadora. E também em defesa de nossas
reivindicações no estado de São Paulo.
(Veja anexo com todos os eixos de luta)***

Calendário imediato da APEOESP:

***Fevereiro - reuniões de Representantes
de Escolas e reunião do CER***

O CER definirá data da primeira assembleia do ano

Secretaria de Comunicação

Reunido de forma ampliada no sábado, 17/12, o Conselho Estadual de Representantes (CER) contou com presença de convidados para realizar uma avaliação da conjuntura pós eleições e debater os desafios que se apresentam no Brasil e no estado de São Paulo.

Mesas de debates

Participaram da primeira mesa de debates, com o tema "É possível reconstruir o Brasil?", Luiz Gonzaga Beluzzo – professor do Instituto de Economia da UNICAMP, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, ex-secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo e, também, ex-presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras; Thomaz Jensen, técnico da Subseção do DIEESE/APEOESP; Ariovaldo de Camargo, secretário de Administração e Finanças da CUT.

Revoga já!

Em todo o processo de debates houve destaque para a importância da vitória do presidente Lula e a derrota da extrema-direita no país, assim como a necessidade de forte mobilização para assegurar o cumprimento do programa de governo vitorioso nas urnas e revogação de todas as reformas e ataques que foram feitos durante os governos dos golpistas Temer e Bolsonaro.

Destaque-se a necessidade de revogação das reformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio, da BNCC, de Emenda Constitucional 95 (teto de gastos). Além disso, o cumprimento do Plano Nacional de Educação, 10% do PIB para a Educação, recuperar os recursos do pré-sal para Educação e Saúde, combate à fome e miséria, proteção do meio ambiente e tantas outras medidas na esfera federal.

Dia Nacional de Luta

O CER aprovou a divulgação de documento contendo um chamamento à CUT, demais centrais sindicais e CNTE para a convocação de um dia nacional de luta por uma ampla plataforma de reivindicações no plano nacional e nossas lutas no plano estadual.

Pela “revisão da vida toda” para professoras e professores aposentados

A segunda mesa teve como palestrantes o Dr. José Roberto Sodero, formado na faculdade de Direito da Universidade de Taubaté e pós-doutor pela Universidade de Salerno, Itália; Dr. Fábio Gaspar, presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo; Dr. César Pimentel, coordenador do Departamento Jurídico da APEOESP.

A mesa tratou primeiramente da repercussão para os servidores públicos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a “revisão da vida toda” (que permite aos aposentados do setor privado a revisão de seus proventos utilizando todos os seus salários para o cálculo, e não apenas aqueles a partir de julho de 1994) e sobre o confisco salarial de aposentados e pensionistas.

Com base na decisão do STF, a APEOESP está realizando estudos para impetrar ação que garanta aos professores e professoras o direito a essa revisão, nos casos em que seja vantajosa para a pessoa interessada.

Pela devolução dos valores do confisco

Nesta mesa também se detalhou a grande vitória que foi o fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas, que precisa agora ter continuidade com a devolução dos valores descontados. Pressionaremos o governo estadual e lutaremos pela aprovação na Alesp do PLC 48/2022, de autoria da Professora Bebel, presidenta da APEOESP, para que essa devolução seja feita.

Durante esta Mesa, Dr. Fábio Gaspar, presidente do SAAESP, detalhou a campanha do Revoga já, a qual a APEOESP aderiu, pela revogação das reformas e ataques que atingem os servidores e toda a classe trabalhadora.

Grito em Defesa da Escola Pública e Serviços Públicos no Estado de São Paulo

Na terceira mesa, os representantes dos movimentos sociais debateram "Os desafios dos movimentos sociais no Brasil e no Estado de São

Paulo." Participaram a presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel; Gilmar Mauro - membro da Coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Raimundo Bonfim - Coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP) e da Frente Brasil Popular; Luiza Martins - presidenta da União Paulista dos Estudantes Secundaristas - UPES; Francisco Kelvim - membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Francisca Seixas, pela CTB; Sergio Cunha pela Intersindical; Flávia Bischaim, da CSP Conlutas; Antonio Carlos Silva, de Educadores em Luta, entre outros. Participou também a estudante Mariana, da UPES PR.

As entidades e movimentos presentes destacaram a necessidade da luta unitária em defesa da educação pública e demais pautas que interessam aos trabalhadores e à maioria da população no estado de São Paulo. Desta forma, como resultado do debate realizado, o CER aprovou a retomada do **Grito pela Educação Pública e Serviços Públicos de Qualidade**, reunindo as entidades da Educação, dos estudantes, pais, juventude, movimento sindical, movimentos sociais e outras, para levar adiante as lutas em defesa da escola pública e resistir aos ataques que virão, contra qualquer tentativa de privatização de nossas escolas. Lembramos que esse movimento surgiu no momento em que o governo estadual tentou fechar escolas em 2015 e derrotou a chamada "reorganização escolar".

A Escola Pública é Nossa e Ninguém Toma

Também retomaremos a campanha A Escola Pública é Nossa e Ninguém Toma, que a APEOESP já realizou, buscando o envolvimento da comunidade escolar e de toda a sociedade para o fortalecimento das escolas públicas, no sentido da garantia de acesso de todas e todos à educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade.

Prorrogação dos contratos da categoria O já é lei

No sábado, obtivemos mais uma importantíssima vitória, com a san-

Secretaria de Comunicação

ção da Lei Complementar 1.381/2022, resultado do PLC 42/2022 - da Professora Bebel, com coautoria dos demais deputados - prorrogando os contratos dos professores da categoria O de 2018 e 2019 e beneficiando 50 mil professores.

Chegaram ao nosso conhecimento casos de professores da categoria O que foram induzidos ao encerramento dos contratos. Com a publicação da lei de prorrogação, a APEOESP está cobrando que sejam desconsiderados esses encerramentos.

Prorrogar os contratos não basta. É preciso que a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação seja cumprida, garantindo direitos equivalentes aos dos efetivos. E que haja de imediato concurso público para 100 mil vagas.

Até que haja concurso, reivindicamos que os professores da categoria O tenham as mesmas condições de estabilidade da categoria F.

Mobilização total em defesa da escola pública e da nossa categoria

O CER debateu, e é parte do documento a ser divulgado, a necessidade de muita organização e mobilização para enfrentar as possíveis ações privatistas e de desmonte dos serviços públicos e direitos por parte do governo Tarcísio de Freitas. A nomeação de um empresário para a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, com histórico de privatizações, militarização e ataques aos direitos de professores e estudantes reforça ainda mais essa necessidade de mobilização.

Se o futuro secretário Renato Feder tem esse histórico, a APEOESP tem histórico de luta e já enfrentou secretários como Rose Neubauer, Maria Helena Guimarães de Castro, Rossieli Soares... resistimos, impedimos muitos ataques e conquistamos avanços também.

Mesas de negociação permanente, revogação do subsídio e comissão paritária da carreira

Entre as nossas prioridades está a instituição de mesas de negociação permanente junto ao governador (com as entidades do funcionalismo) e

junto à SEDUC (com a APEOESP e demais entidades da Educação). Além disso é fundamental que a SEDUC convoque a comissão paritária para resgate da nossa carreira, revogando-se a LC 1374/2022 (subsídio).

Implementação do Plano Estadual de Educação, reajuste salarial e jornada do piso

Queremos a implementação completa do Plano Estadual de Educação, com destaque para a Meta 17, que equipara nossos salários à média salarial de profissionais com formação de nível superior. É preciso cumprir a lei do piso nacional, com o reajuste de 33,24% mais os 10,25% que conquistamos e cujo pagamento está bloqueado no STF.

A jornada do piso precisa ser cumprida de forma correta, como a justiça determinou para o Município de Bebedouro: 1/3 das aulas em atividades fora da sala de aula e não pelo número de horas que o(a) professor(a) trabalha.

Fim dos programas excludentes

E preciso revogar os projetos excludentes, como a farsa do "novo" ensino médio e as escolas PEI, abrindo-se amplo debate na rede estadual de ensino para a construção de um projeto educacional para a juventude, que inclui educação em tempo integral para a formação cultural e intelectual de nossos estudantes para todos os aspectos da vida.

Combate à violência nas escolas, qualidade e democratização da Educação

A violência nas escolas voltou a crescer nos últimos anos. Isso deriva das políticas educacionais e do clima de violência incentivado pelo governo Bolsonaro.

A APEOESP sempre trabalhou para combater a violência nas escolas e voltará a fazê-lo. Realizará mais uma rodada de pesquisa sobre a violência nas escolas, qualidade e democratização da Educação, para embasar ainda mais nossa atuação.

Atribuição de aulas justa e transparente

Frente a muitas reclamações de professores da categoria O sobre dificuldades para manifestação de interesse no processo de atribuição de aulas, a APEOESP solicitou à CGRH/SEDUC a reabertura do prazo.

Caso o prazo de manifestação de interesse não seja reaberto e persistam os problemas, ingressaremos com ação judicial.

Em relação aos problemas na classificação dos professores, a APEOESP reivindicará da SEDUC a suspensão do processo de atribuição até que seja publicada a classificação correta. Caso o processo não seja suspenso, recorreremos à justiça.

Há também espaço virtual e atendimento telefônico pelos quais o departamento jurídico auxiliará os professores sobre os problemas de atribuição de aulas.

PLANTÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS 2023

O Departamento Jurídico da APEOESP mantém plantão para atendimento aos professores e às professoras até o dia 30 de dezembro, das 10h00 às 16h00, por telefone e atendimento on-line, da seguinte forma:

(11) 3350-6014

ATENDIMENTO ON-LINE (PLATAFORMA ZOOM, LINKS ABAIXO):

Dias 12 a 30 de dezembro, das 10 às 16 horas

SALA 1 - Plantão de atribuição de aulas

<https://us02web.zoom.us/j/82380240040?pwd=M1kzWGxFK0d1MXNsTmxiTGw5WkjrZz09>

SALA 2 - Plantão atribuição de aulas

<https://us02web.zoom.us/j/85871098813?pwd=d09iMHZUbFdrZkhObHg3QXlrWWNpUT09>

SALA 3 - Plantão atribuição de aulas

<https://us02web.zoom.us/j/85326314471?pwd=YTRSdkRscnRIZmdsdEF4Ykl4U2w5Zz09>

Veja a seguir a íntegra dos eixos de luta aprovados pelo CER da APEOESP

REVOGA JÁ!

- Revogação da Emenda Constitucional 95 – teto de gastos – que congelou por vinte anos os investimentos nas áreas sociais
- Retomada dos recursos oriundos da exploração do pré-sal para serem aplicados na Educação pública e na Saúde
- Institucionalização das Conferências Nacionais de Educação, articulada com conferências estaduais e municipais, até que o Conselho Nacional de Educação volte a ter uma composição que reflita a diversidade da educação e da sociedade brasileiras
- Assegurar Comissões de Educação em todos os parlamentos, nacional, estaduais e municipais como espaços democráticos de debate e elaboração de políticas educacionais
- Aplicação de 10% do Produto Interno Bruto na Educação
- Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação e implementação do regime de colaboração
- Garantia da aplicação do piso salarial profissional nacional em todos os entes federados
- Garantia da aplicação da composição da jornada de trabalho prevista na lei do piso salarial profissional nacional em todos os entes federados
- Garantia da aplicação da Meta 17 do Plano Nacional de Educação em todos os entes federados
- Revogação da reforma do ensino médio
- Revogação da Base Nacional Comum Curricular e abertura de um processo de elaboração participativa de uma nova BNCC
- Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio que estão em vigor
- Implementação de um programa nacional de formação de professores

- Implementação do Plano Nacional de Educação
- Revogação da reforma trabalhista
- Revogação da reforma da previdência
- Retirada do projeto de reforma administrativa
- Revogação da Lei 173/2020 – descongelamento do tempo de serviço para a garantia de direitos dos servidores públicos
- Revogação de todas reformas e medidas que retiram direitos da classe trabalhadora

No Estado de São Paulo:

- Reunião com o governador tão logo assumo o mandato.
- Reunião com o secretário da Educação tão logo assumo o cargo.

Mesa de negociação permanente

- Mesa de negociação permanente do governo com a APEOESP e demais entidades do funcionalismo.
- Mesa de negociação permanente do secretário da Educação com a APEOESP e demais entidades da Educação

Revogação da LC 1374/2022 e resgate da nossa carreira

- Revogação da Lei Complementar 1374/2022 e por uma carreira justa para o Magistério.
- Comissão paritária da SEDUC com as entidades do Magistério para o resgate da nossa carreira, que valorize o profissional desde o seu ingresso até a aposentadoria, tendo o tempo de serviço como principal fator de evolução.

Devolução dos valores do confisco e direitos dos aposentados

- Devolução dos valores descontados de aposentados e pensionistas entre setembro de 2020 e dezembro de 2022, tendo em vista o fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas.
- Trabalhar para que se aplique aos professores e professoras e demais servidores públicos a revisão previdenciária da vida toda, de acordo

com decisão do Supremo Tribunal Federal que assegurou o direito à essa revisão para os trabalhadores do setor privado. A decisão assegura que o trabalhador utilize dados salariais de toda a sua vida profissional para o cálculo da aposentadoria, e não apenas a partir de julho de 1994, se isso lhe for vantajoso.

Recuperação dos nossos direitos

- Revogação da LC 1361/2021 (PLC 26), que retirou direitos fundamentais dos servidores públicos e pela restituição de nossos direitos.
- Pela aprovação do PL 440/2022 – recuperação dos direitos dos integrantes do Magistério.
- Pela aprovação do PL 380/2022 – Plano Estadual do Servidor Público – PESP.
- Pela revogação da lei federal 173/2020 que congelou o tempo de serviço durante os anos de 2020 e 2021, para que se recuperem os direitos dos servidores públicos.

Contratação justa para todos e concursos públicos

- Contratação justa para todos os professores e pelo cumprimento da estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, que assegura a esses professores direitos iguais aos dos efetivos.
- Até que haja concursos, que se garanta aos professores da categoria O a estabilidade nos termos da categoria F.
- Concurso público classificatório imediato com ampliação para, no mínimo, 100 mil vagas.
- Concursos públicos classificatórios periódicos para composição do quadro de professores e demais integrantes do quadro do Magistério. Hoje 98 mil professores da rede estadual de ensino são da chamada “categoria O”, um absurdo que não pode continuar.

Valorização salarial e profissional

- Pelo cumprimento do piso salarial profissional nacional, por meio do reajuste imediato de 33,24% e aplicação do reajuste de 10,15%

que conquistamos na justiça, referente ao reajuste do piso em 2017. O Estado deve retirar o recurso que interpôs no STF para suspender o pagamento e debater com a APEOESP a forma de pagamento dos valores retroativos.

- Cumprimento da meta 17 do Plano Estadual de Educação – equiparação dos salários dos professores à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior
- Aplicação correta dos recursos do FUNDEB para valorização dos profissionais da Educação, na forma de reajuste e não de abono.

Aplicação correta da jornada do piso

- Aplicação da jornada do piso conforme determina a lei 11.738/2008 e da forma como está normatizada no Parecer 18/2012 do Conselho Estadual de Educação. Sentença recente do Tribunal de Justiça determinou que isso seja feito pela Prefeitura Municipal de Bebedouro, criando a jurisprudência necessária no estado de São Paulo.

Fim das escolas cívico-militares

- Interrupção da implementação de escolas cívico-militares no estado de São Paulo. No plano federal é compromisso do presidente Lula revogar este programa.

Gestão democrática e Conselhos de Escola

- Gestão democrática, por meio do fortalecimento e funcionamento democrático dos Conselhos de Escola.

Por um projeto educacional para a juventude – revogação da farsa do “novo” ensino médio e PEI

- Fim do “novo ensino médio” e abertura de amplo debate na rede estadual de ensino sobre um programa educacional para a juventude, com a aplicação, no estado, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em vigor.
- Interrupção da conversão de escolas ao Programa de Ensino Integral (PEI) e abertura de um amplo debate na rede estadual de

ensino sobre concepção e implementação de Educação em tempo Integral.

Direitos sindicais

- Fim das perseguições às professoras e professores que lutam pelos seus direitos.
- Fim das restrições à participação dos professores nas atividades sindicais e garantia de reposição de aulas.

Unidade na luta

- Retomada do Grito pela Educação Pública e Serviços Públicos no Estado de São Paulo.
- Retomada da Campanha A Escola é Nossa e Ninguém Toma.

Garantia do direito à Educação pública de qualidade

- Aplicação integral do Plano Estadual de Educação.
- Criação do Sistema Estadual de Educação, articulado entre o Estado e os Municípios e regime de colaboração.

Não à municipalização. Pelo direito a creches e pré-escolas

- Retomada da campanha contra a municipalização do ensino e para que seja universalizada a educação infantil nos Municípios.

Paz nas escolas

- Realização de pesquisa sobre violência nas escolas, democratização e qualidade da Educação e retomada da campanha contra a violência nas escolas.

